

Donos de escola agora pedem reajuste de 200%

O reajuste da primeira semestralidade de 1987 nas escolas particulares de São Paulo poderá ultrapassar 200%, comparada ao período de julho a dezembro do ano passado. "Embora pareça um índice absurdo, ele deverá estar abaixo da inflação acumulada (dezembro de 1985 a junho de 1987) de 334%", segundo cálculo do presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino, José Aurélio de Camargo. Pais e alunos não admitem um reajuste de tal proporção e prometem impetrar mandados de segurança contra os donos de escola.

Mas as escolas se dizem legalmente amparadas pela liberação de preços de acordo com as planilhas de custo, decidida numa reunião do Conselho Estadual de Educação (CEE). "Podem e vão cobrar, conforme suas necessidades reais para poder continuar prestando seus serviços à comunidade", afirmou José Aurélio. Para ele, essa é a verdadeira situação das escolas particulares, "jamais assumida por qualquer autoridade governamental". O gover-

no, ao contrário, "iludi a sociedade quando fixou o reajuste da semestralidade em 35%", acusou o presidente do sindicato, que considerou o dia de ontem — 13 de maio — a "comemoração da promulgação da Lei Áurea da Educação, com a liberdade vigiada de preços", publicada pelo Diário Oficial.

No programa das "comemorações", constava uma assembleia no auditório do Colégio São Bento. Ali, cerca de mil donos de escola decidiram que a partir de agora a multa por atraso no pagamento das mensalidades escolares passará de 6% para 10% e ainda cobrarão juros, variando de acordo com o IPC.

A diretoria do sindicato lembrou aos mantenedores que a comissão de encargos educacionais do CEE já se reuniu duas vezes e fixou o prazo até 31 de maio para que as escolas encaminhem suas planilhas de custo, "que devem ser elaboradas a partir da previsão dos dois gatilhos salariais". E mais: "Não precisam esperar o resultado da análise da comis-

são para colocar em prática seus preços", orientou a entidade.

Mas o mantenedor que reajustar sua semestralidade acima do valor indicado na planilha de custo será punido. "Vai levar paulada", como brincou Luiz Roberto da Silveira Castro, presidente da comissão de encargos educacionais. Os que cometerem abusos terão que devolver o dinheiro cobrado a mais aos pais, nas mesmas condições com que eles são obrigados a pagar quando atrasam as mensalidades.

Assim que as planilhas chegarão à comissão, as análises começaram a ser feitas, baseadas num índice de 70%, sobre os 35% já autorizados pelo governo federal. Os 70% são a média do reajuste dado a professores e funcionários das escolas. Inconformados com a possibilidade de pagar além do que o governo federal determinou, estudantes ligados à UNE estiveram ontem no CEE para acompanhar a reunião e à noite participaram de uma passeata pela avenida Paulista, "contra o aumento abusivo dos preços".